

Arabismos do Campo Semântico do Vestuário na Língua Portuguesa das Minas Setecentistas

Gracinéa Imaculada Oliveira*
Samantha Moura Maranhão^o

Resumo: Este artigo sobre arabismos portugueses descreve e analisa arabismos verificados na terminologia do vestuário no português das Minas Gerais setecentistas. Tem por objetivo conhecer-lhes a sócio-história e estrutura, considerando-se as línguas-ponte que intermediaram sua introdução na língua portuguesa; a via e a época de ingresso nesta; os micro-campos do vestuário em que se organizam e a questão do artigo, cuja aglutinação ao substantivo caracteriza os arabismos ibéricos face aos arabismos das demais línguas românicas. Busca este estudo responder à questão: o uso dos arabismos na designação do vestuário nas Minas setecentistas reflete o uso do português europeu ou se caracteriza por uso peculiar à variedade americana da língua portuguesa? A hipótese testada é a de que os arabismos do vestuário mineiro setecentista constituem herança ibérica e, em se tratando de terminologia, caracterizam-se pela preservação do conteúdo semântico do português europeu. Colheram-se os arabismos analisados em 20 inventários lavrados nas Minas Gerais do século XVIII, pertencentes aos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício de Notas, incluindo as Provedorias. A fundamentação teórica foi buscada na Filologia Árabe-Românica (CORRIENTE, 2003; VARGENS, 2007), recorrendo-se entretanto à Linguística Estrutural (WEINREICH, 1967; BLOOMFIELD, 2005; SAPIR, 1980; LÜDTKE, 1974), para a compreensão das consequências linguísticas, morfossintáticas e léxico-semânticas, do contato árabe-romance e português-árabe e a caracterização dos arabismos portugueses em uso no Brasil.

Palavras-chave: Lexicologia; Arabismos Portugueses; Português Brasileiro; Vestuário; Século XVIII.

Abstract: This paper about Portuguese Arabisms describes and analyses Arabisms found in clothing terminology in Portuguese spoken in Minas Gerais in the 18th century. It aims to know the Arabisms social history as well as their structure, considering the languages through which such Arabic words got into Portuguese; the way and period in which they were acquired, the microfields in which they are organized and the aglutination of the Arabic article, which makes Iberian Arabisms different from those in other Romance languages. This paper also aims to answer the question: Do Arabisms naming 18th century Minas clothing reflect their use in European Portuguese or do they have any particular use only found in Brazilian Portuguese? The tested hypothesis is that such words are Iberian heritage and, in naming clothing items, they show the same semantic content as in European Portuguese. The clothing Arabisms analysed were found in 20 inventories registered in Minas Gerais in the 18th century, all of which belonging to the Public Notary's Office of the First and Second Register of Deeds. The theoretical approach was found in Arab-Romance Philology (CORRIENTE, 2003; VARGENS, 2007), but also in Structural Linguistics (WEINREICH, 1967; BLOOMFIELD, 2005; SAPIR, 1980; LÜDTKE, 1974), to understand language consequences of the contact between Arabic and Iberian Romance and Arabic and Portuguese as well as the characteristics of Arabisms found in Brazilian Portuguese.

Keywords: Lexicology; Portuguese Arabisms; Brazilian Portuguese; Clothing; 18th Century.

* Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de Letras e do curso de Pedagogia da FACISABH.

^o Doutora em Estudos Linguísticos. Professora da Universidade Federal do Piauí.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto o uso de arabismos no português brasileiro, especificamente a sua ocorrência no vocabulário designativo de peças do vestuário no português das Minas Gerais do século XVIII. Busca conhecer-lhes a sócio-história e estrutura, especificamente a trajetória do Oriente Médio para o Brasil, com as línguas-ponte que intermediaram a introdução desses arabismos na língua portuguesa; a via e a época de ingresso nesta, se na Península Ibérica medieval, no contato direto entre as línguas e culturas nativas e a língua corânica e a cultura árabe-islâmica de *Alandalus*, a entidade política muçulmana instaurada no sul da referida península; os micro-campos do vestuário em que se organizam e a questão do artigo, cuja aglutinação ao substantivo caracteriza os arabismos ibéricos face aos arabismos das demais línguas românicas.

Assim, este estudo propõe-se a responder à questão: o uso dos arabismos na designação do vestuário nas Minas setecentistas reflete o uso do português europeu ou se caracteriza por uso peculiar à variedade americana da língua portuguesa? A hipótese testada é a de que, tratando-se de termos da moda e da indústria têxtil, os arabismos do vestuário, herdados do português europeu, são empregados, no campo semântico em questão, como na língua da então metrópole.

Colheram-se os arabismos do campo semântico do vestuário em inventários lavrados nas Minas Gerais do século XVIII. Foram selecionados 20 inventários de pessoas brancas, sendo 10 documentos de homens (5 de homens casados e 5 de homens não casados) e 10 documentos de mulheres (5 de mulheres casadas e 5 de mulheres não casadas). Cada um desses documentos selecionados apresentou, no mínimo, 5 lexemas do campo semântico do vestuário. Os inventários lidos pertencem aos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício de Notas, incluindo as Provedorias. Esses documentos estão sob a guarda do IBRAM, na Casa de Borba Gato, localizada na atual sede da comarca de Sabará, em Minas Gerais. Esses documentos foram editados e publicados por Oliveira (2010, v.2, p. 209-834).

Buscaram-se os fundamentos teóricos para esta breve investigação na Filologia Árabe-Românica (CORRIENTE, 2003; VARGENS, 2007), recorrendo-se a diferentes autores da Linguística Estrutural (WEINREICH, 1967; BLOOMFIELD, 2005; SAPIR, 1980; LÜDTKE, 1974), para a compreensão das consequências linguísticas, morfossintáticas e léxico-semânticas, do contato árabe-romance e português-árabe e a caracterização dos arabismos portugueses em uso no Brasil.

Sobre as conclusões, antecipa-se apenas que todos os 26 arabismos encontrados no *corpus* foram introduzidos no Brasil pelo colonizador e, integrando a terminologia do traje, não trazem importantes modificações semânticas. No que respeita à morfologia, surpreende a predominância de formas sem o artigo aglutinado (65,4% do total), o que foge ao padrão dos arabismos ibéricos. Com efeito, constatou-se que apenas 53,8% dos termos conheceu uma forma árabe andalusina, resultando os demais 46,2% dos itens da evolução de étimos de outras línguas médio-orientais (pálavi, árabe, neoárabe, persa, neopersa, aramaico), apontando seja a transmissão direta quando da expansão ultramarina portuguesa e sua presença a Oriente, seja a importação no contato com o árabe padrão das elites muçulmanas de Alandalus.

1. SOBRE OS ARABISMOS PORTUGUESES

A importância da língua árabe na constituição do léxico da língua portuguesa é ponto pacífico entre os estudiosos da língua, sendo a segunda fonte em importância, atrás apenas do latim, fato esse que particulariza o léxico das línguas ibéricas face ao dos demais idiomas românicos. Há discordância, entretanto, acerca da quantidade de itens lexicais importados da língua corânica, que varia entre 300 (Coelho *apud* VASCONCELOS, 1956, p. 299) e 4000 itens, consoante os critérios utilizados na contagem, como a inclusão de vocábulos de variedades diacrônicas ou diafásicas ou, ainda, com a consideração de formas derivadas e/ou compostas ou apenas de formas básicas. Assim, Vargens (2007) levanta 769 arabismos no *Léxico Português de Origem Árabe*, mas abordou mais de 3000 em sua tese de doutorado (VIGUERA MOLINS, 2002, p. 09).

Essa duradoura presença árabe ou arabófona na situação de dominação política de parte do território ibérico e o conseqüente prestígio da cultura arábico-islâmica na região promoveram a transmissão de numerosos empréstimos aos então romances peninsulares.

Neuvonen (1951, p. 291-292) aponta três vias de ingresso de arabismos nos falares ibéricos, consoante a proximidade e intensidade no convívio entre cristãos falantes de romances e muçulmanos arabófonos: influência direta resultante da convivência entre muçulmanos e cristãos em Alandalus; influência indireta, por meio de imigrantes e escravos oriundos das áreas outrora sob jugo muçulmano, quando verificado o processo de Reconquista, que não impediu o contato dos territórios absorvidos por reinos cristãos com os vizinhos de Alandalus e, por fim, o contato com regiões cristãs em cujas línguas eles

ocorriam, ou seja, o contato intrarromânico como ponte na transmissão de vocabulário de origem árabe aos falares ibéricos.

Com menor frequência, introduziram-se arabismos nas línguas peninsulares, e particularmente no português, com o advento das grandes navegações e a consequente expansão ultramarina de Portugal e Espanha (VIGUERA MOLINS, 2002, p. 50).

Entretanto, apenas Vargens (2007, p. 35) aborda a introdução de arabismos no português brasileiro, em consequência da importação de mão de obra escrava islamizada, proveniente da África Ocidental, e da imigração sírio-libanesa.

O contato de línguas é visto, por alguns antropólogos, como um aspecto do contato de culturas e a interferência linguística, como uma faceta da difusão cultural e da aculturação (WEINREICH, 1967, p. 05).

Sapir (1980, p. 153) já apontava para o fato de as civilizações não se bastarem e de, independentemente do grau ou da natureza do contato, este resultar em qualquer espécie de interinfluência linguística, geralmente unilateral, a partir do povo considerado centro de irradiação de cultura.

Dado que, para ele, o tipo mais simples de influência interlinguística é o empréstimo vocabular, passível de ocorrer sempre que há empréstimo de elementos da cultura; o seu cuidadoso estudo pode lançar luz sobre a história da cultura, por exemplo, ao apontar o papel de vários povos no desenvolvimento e difusão de idéias culturais, mediante análise do grau de infiltração dos seus léxicos em outras línguas (SAPIR, 1980, p. 154).

Considerando-se o prolongado contato árabe-romance e português-árabe na Idade Média ibérica, o avançado desenvolvimento técnico-científico da civilização árabe, à época, e o consequente prestígio de que então se via imbuída, verificam-se arabismos nos mais variados campos semânticos, reflexo sobretudo da herança técnico-científica legada à Europa pelo invasor muçulmano.

No Brasil, a condição de (ex-)escravos ou de imigrantes desprovidos de prestígio sócio-econômico e, na esteira, linguístico, concorreu para a restrição dos campos semânticos para cujo enriquecimento lexical a língua árabe contribuiu, restritos aos da religião e da culinária, respectivamente. Assim, segundo diferentes estudiosos (ELIA, 2004, p. 107; HOUAISS, 1986; SILVA, 2003; SILVA NETO, 1988, p. 333; TEYSSIER, 2001, p. 22; VARGENS, 2007, p. 221-225; VASCONCELOS, 1956, p. 301-302), organizam-se os arabismos portugueses nos seguintes campos semânticos:

1) técnicas e produtos agrícolas: *açude, almuinha, safra, sega; açúcar, café, tamarindo*; 2) guerra e vida militar: *alferes, algema, almirante, arrais, arsenal, bodoque, calibre, refém*; 3) indústria e comércio: *açougue, alambique, armazém, azenha, azêmolá*; 4) administração e finanças: *aduana, alfândega, alvará, aval, leilão, tarifa*; 5) profissões: *alfaiate, almoxarife, magarefe*; 6) ciências, técnicas e artes: *algarismo, álgebra, zero; achaque, elixir, enxaqueca, nuca, xarope; alquimia; alaúde, atabaque, atambor, axabeba, cifra*; 7) vestuário: *babuche*; 8) alimentação e culinária: *almôndega, cuscuz*; 9) compartimentalização espacial e acidentes geográficos: *aldeia, arrabalde, bairro, rincão*; 10) habitação e vida doméstica: *alcova, alicerce, almofada, andaime, azulejo, chafariz, divã, saguão, sofá, taça, taipa*; 12) fauna (inclusive pesca): *anta, atum, gazela, girafa*; 13) jogos: *xadrez*; 14) religião: *imame, ulemá, mussurumim, islame, jihad, mesquita, minarete, moçafo, tecebá*.

A maioria quase absoluta dos arabismos é de substantivos, nas demais classes os exemplos são tão poucos que podem ser *elencados* na sua totalidade, como a preposição *até*, os verbos *acaçalar* e *recamar*, os adjetivos *baldio* e *mesquinho*, o pronome *fulano*, o advérbio *debalde* e a interjeição *Oxalá* (ELIA, 2004, p. 108; VASCONCELOS, p. 304-305).

A interferência, entretanto, pode se dar em qualquer plano da língua. Lüdtke (1974, p. 283) cita, além das influências léxicas, as fonéticas, morfológicas e sintáticas, apontando, para a interferência nos planos morfológico e sintático, uma influência maior e mais profunda. São abundantes os empréstimos vocabulares, cujo radical estrangeiro se adapta à fonologia e à morfologia da língua importadora. Há ainda a interferência na tipologia frasal, que ocorre especialmente na língua escrita literária e recebe o nome de *decalque* (CÂMARA JR., 1988, p. 105).

A depender do tipo de contato verificado entre os grupos de línguas distintas, se por coincidência ou contiguidade geográfica ou se a distância, verificam-se dois tipos de empréstimos: os *íntimos*, buscados em línguas que são substrato, adstrato ou superstrato da língua importadora, e os *culturais*. Os empréstimos lexicais íntimos cobrem campos semânticos determinados de modo coerente, correlacionando geografia do contato e povos neste envolvidos, bem como aspectos do conhecimento influenciado no contato. Já os empréstimos culturais decorrem de contato à distância, seja no tempo, a exemplo da incorporação de latinismos e grecismos pelas línguas europeias modernas, seja no espaço, como os buscados às línguas do oriente, quando da expansão ultramarina portuguesa, e os

procedentes de outras línguas europeias, sobretudo galicismos e anglicismos, no que concerne à língua portuguesa, hodiernamente (BLOOMFIELD, 2005, p. 461; CÂMARA JR., 1988, p. 105, 111; VARGENS, 2007, p. 35).

De acordo com Freitas, Ramilo e Soalheiro (2002, p. 371), e pautados em estudo da integração de anglicismos ao português europeu, o processo de assimilação de estrangeirismos se dá em três fases, caracterizadas pelo tipo de transformação (imediate, progressiva ou integração) sofrida pelo vocábulo, a cada uma das quais correspondendo fenômenos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e gráficos específicos.

Caracterizam os estrangeirismos na primeira fase de integração: 1. adaptação fonética imediata; 2. adaptação morfossintática imediata; 3. monossema: manutenção do significado com o qual a palavra é importada; 4. grafia da língua de origem; 5. hesitação nos tipos gráficos (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 373).

Nesta fase, as palavras tendem a ser monossêmicas porque em geral designam uma realidade específica para a qual inexistente um correspondente vernáculo. Pode ocorrer de, na língua de origem, a palavra ter mais de uma aceção, apesar de na língua portuguesa apresentar significado restrito. Quanto à grafia, caracterizam-se os estrangeirismos pela grafia idêntica à da língua de origem, além de comumente ocorrerem com tipos gráficos distintos, a exemplo de aspas ou itálico (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 376).

As transformações da segunda fase decorrem do tempo e da frequência de uso do estrangeirismo. Nela se dá aproximação mais significativa, a nível formal, entre os estrangeirismos e as demais palavras do léxico português (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 376).

Caracterizam os vocábulos nesta fase: 1. adaptação fonética progressiva; 2. adaptação morfossintática progressiva; 3. possibilidade de formação de novas palavras por composição e por prefixação; 4. formas concorrentes a nível gráfico; 5. atestação lexicográfica (normatizada ou não). Com relação à morfossintaxe, verifica-se a possibilidade de se originarem novas palavras por meio da composição, por exemplo, processo não-derivacional que pode operar em elementos não integrados ao léxico. Em termos gráficos, começam a ocorrer grafias alternativas à da língua de origem (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 376-377, 378, 379).

Na terceira fase, o estrangeirismo deixa de sê-lo e precisa mostrar estabilização em vários níveis, aproximando-se formalmente dos vocábulos já listados no léxico. Caracterizam os empréstimos nesta fase: 1. estabilização fonológica; 2. plena integração morfossintática; 3.

integração no sistema morfológico da língua (possibilidade de derivação); 4. polissemia (tendência para extensão, restrição ou modificação do significado da forma original); 5. atestação lexicográfica normatizada. Quanto à morfossintaxe, é preciso que a palavra integre estruturas derivacionais, indicando que o seu radical está disponível no repertório de radicais da língua portuguesa. Em termos semânticos, as formas integradas tendem a se tornar polissêmicas, como as demais palavras do sistema lexical (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 379, 380).

Com relação à grafia, apresentam as palavras atestação lexicográfica normatizada. Entretanto, não constituindo a grafia um critério seguro para atestação de integração de vocábulos, por não ser critério puramente linguístico, encontram-se exemplos de vocábulos totalmente integrados no que concerne à fonologia e à morfologia, mas que preservam a grafia original, como *design*, *feedback* e *internet* (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 380-381).

Uma questão particularmente pertinente à aquisição de empréstimos árabes pela língua portuguesa é a aglutinação do artigo ao substantivo que o segue. De acordo com Noll (2005, p. 35-37) a tese berbere foi considerada, por muito tempo, a mais adequada na explicação do fenômeno: Steiger, em 1947, apontara que a aglutinação resultava de transmissão oral, para, mais tarde, em 1967, correlacionar o fenômeno nas falas berberes ao traço de determinação quantitativa do artigo árabe. Elcock, em 1960, apontou para o fato de a aglutinação do artigo nos arabismos ibéricos resultar do influxo do estrato berbere, apenas superficialmente arabizado, que, entretanto, constituiu a maioria entre os invasores muçulmanos de Alandalus. A ausência de artigo definido em suas falas constituiria a causa estrutural da sua não identificação e segmentação (NOLL, 2005, p. 35).

Segundo Noll (2005, p. 39), o artigo determinado árabe tem vários alomorfes. Dada a instabilidade do [a], a forma *al* ocorre exclusivamente na posição de início absoluto de palavra, elidindo-se, no sintagma, com vogais flexionadas ou epentéticas finais ou sofrendo assimilação regressiva diante das consoantes solares. Como a elisão da vogal *a-* o faz perder o seu valor silábico, o alomorfe {l} se comporta como um elemento enclítico, integrando a última sílaba da palavra anterior, ao passo que, nas formas assimiladas diante das consoantes solares, perde-se na geminação. Conclui Noll (2005, p. 40), então, que, devido à separação silábica coincidente com a segmentação morfemática, os empréstimos árabes não deveriam apresentar o artigo aglutinado e que a aglutinação dos arabismos ibéricos resulta de

particularidade da variedade diatópica, ibérica, da língua árabe: a falta da elisão da vogal *a-* no árabe andalusino.

Portanto, no ibero-romance, a aglutinação do artigo árabe *al* ao substantivo que o segue decorre de uma característica estrutural do próprio árabe andalusino: a preservação do valor silábico do artigo, devido à preservação regular da vogal inicial *a-*.

Noll (2005, p. 40, tradução nossa) afirma, ainda, que “Conseqüentemente, os arabismos ibero-românicos que trazem o artigo aglutinado provêm dos empréstimos [adquiridos] no meio moçárabe bilíngüe ativo, ao passo que os outros, sem artigo, dependem do contato habitual de línguas”.

Como se percebe, a contribuição árabe foi muito importante para a formação do vocabulário da língua portuguesa. Entretanto, pelo fato de o vocabulário ser um campo vasto, um recorte se faz necessário. Sendo assim, serão estudados os arabismos presentes no vocabulário do vestuário das Minas do século XVIII.

2. SOBRE O VOCABULÁRIO DO VESTUÁRIO NAS MINAS SETECENTISTAS

Ornar o corpo é bem mais que simples vaidade. Esse ato revela complexa organização social das comunidades cujos membros o pratica. Intrinsecamente ligada à cultura desde os primórdios da humanidade, a ornamentação evoluiu de rito para um complexo sistema de uso no qual ornar/vestir está subordinado ao uso que o indivíduo faz da roupa (traje) e às normas ditadas pela sociedade sobre tal uso (indumentária) (BARTHES, 2005). Dessa tensão resulta o vestuário de uma determinada sociedade em uma dada época. Sendo assim, percebe-se que para melhor entender o vestuário das Minas setecentistas, é necessário considerar a situação socioeconômica da capitania à época.

A colonização do território hoje ocupado pelo atual Estado de Minas Gerais decorreu da descoberta de várias minas de ouro e de diamantes. Esse fato disponibilizou capital para que uma pequena elite local pudesse importar produtos da Europa e de outras partes do mundo, conforme informa um viajante da época: “(...) logo começarão os mercadores a mandar às Minas o melhor que chega nos navios do Reyno ou de outras partes, assim de mantimentos como de regalo ou de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França que lá também forão dar” (ANTONIL, 1965, p.380).

Pistas da riqueza do vestuário de algumas pessoas da época foram encontradas no vocabulário designativo desse campo semântico. Nos 20 inventários pesquisados foram

coletados 379 lexemas materializados em 3978 lexias do campo semântico do vestuário. Após um recorte, feito para atender ao objetivo inicial da pesquisa de Oliveira (2010), que era verificar se havia diferença entre o vocabulário do vestuário de homens e de mulheres da época, foi montado um *corpus* de 266 lexemas, materializados em 1.803 lexias.

Esses lexemas foram organizados de acordo com uma adaptação feita do campo conceitual do vestuário, proposto, em 1952, no *Sistema Racional de Conceitos*, de Wartburg e Hallig. Eis alguns exemplos da divisão desse campo. Os lexemas estão em versalete e o número de lexias entre parênteses:

O vestuário

aa) **Generalidades:** AVARIA (2); BICO (3), BOM (23), CASTA (1), CORTE (2), CÔVADO (69), CRIVADO (1), CRU (3), DEFEITO (1), ENCASTOADO (9), ENLAÇADO (1), ENTREFINO (2), ESMALTADO (3), ESMALTE (4), ESTREITO (4), FEITIO (9), FINO (26), FURADO (1), GRANDE (8), GROSSO (11), INFERIOR (2), INTEIRIÇO (2), LARGO (4), LARGURA (1), LAVRADO (13), LISO (11), LISTRA (3), MAIOR (1), MEADA (13), MODA (6), NOVELO (1), NOVO (16), ORDINÁRIO (8), PEÇA (16), PEQUENO (21), PINTADO (4), REMENDADO (1), RETALHO (7), RISCADO (5), ROTO (7), ROUPA (10), USADO (58), USO (66), VARA (38), VELHO (28), VESTIR (1), VESTUÁRIO (3).

bb) Roupas exteriores

1. **Masculinas:** CALÇÃO (30), CAPA (1), CAPOTE (9), CASACA (24), CHAMBRE (2), FARDA (3), FRAQUE (1), HÁBITO (1), JALECO (10), LOBA (1), QUIMÃO (1), TIMÃO (2), SOBRETUDO (2), SURTUM (2), UNIFORME (3), VÉSTIA (29), VESTIDO (6).

2. **Femininas:** CAPA (13), CAPOTE (2), CASACA (3), COLETE (2), GIBÃO (1), GUARDA-PÉ (4), HÁBITO (1), MANTO (9), TIMÃO (2), ROUPÃO (1), SAIA (31), VÉSTIA (4), VESTIDO (2).

(...)

O vocabulário do vestuário deixa entrever a variedade e a riqueza da indumentária usada pelos mineiros da época. Mas apesar dessa riqueza, o vocabulário demonstra também as contradições sociais desse período. Embora a colonização da Capitania de Minas tenha decorrido pela descoberta de riquíssimas minas, a região passou por algumas crises de fome: 1697/98, de 1700/01 e de 1713. Essas crises foram provocadas pelas dificuldades de se

transportar os víveres do litoral até a região mineradora. Além disso, havia pouca agricultura na região nesse período, devido ao fato de as terras serem sáfaras e de os mineradores preferirem o garimpo ao cultivo de gêneros agrícolas (ZEMELLA, 1951). Esse foi um dos motivos do elevado preço de mercadorias na região mineradora. Essa carestia é perceptível nas listas de bens dos inventários. Além do fato de cada item inventariado ter sua avaliação, o ato de se inventariar qualquer bugiganga – agulhas, ceroulas, copos quebrados, cadeiras quebradas, etc. – mostra que tais itens possuíam valor para que se dessem ao trabalho de os inventariar.

Como a fonte desta pesquisa é constituída por inventário e quem deixa inventário é quem possui bens, é importante frisar que o panorama do vestuário esboçado neste trabalho refere-se ao das pessoas que tinham, na época, posses. O vestuário dos “escravos, pobres e deserdados de toda sorte que pululavam nas Minas de então” (SOUZA, 2004, p.203-211) – não foi contemplado, neste trabalho, por falta de fontes.

Devido ao alto preço das peças do vestuário, a ostentação de tais peças era sinônimo de distinção:

Por isso mesmo, nas cidades mais ricas, quem pode e luxa, cobra-se do sacrifício exagerando para dar na vista, e cobre-se de gibões (...), carassuilhas de metal, pestanas lavradas, que fazem da roupa um estandarte vistoso atraindo a atenção de todo mundo (OMEGNA, 1971, p.145).

Essa tendência à ostentação não pode, entretanto, ser atribuída apenas à questão econômica. Pode-se atribuí-la, também, ao estilo barroco que ainda tinha fortes resquícios na cultura daquela época (ÁVILA, 1967). Esse estilo caracteriza-se pelo

gosto pelo cenário teatral e feérico, a atração do exotismo, do raro, das fantasias gratuitas que correspondem ao triunfo da cultura cortês, de seu ideal de jogo e de preciosidade mundana. Aos percursos ondulantes das formas e à riqueza profusa dos ornamentos na arte correspondem agora os trajes sofisticados, estranhos, extravagantes da corte e das festas noturnas (LIPOVETSKY, 2008, p.63).

O vestuário, à época, variava conforme a classe social e o contexto de uso. Em relação ao contexto de uso, a roupa variava conforme duas ocasiões: a de uso doméstico e a de uso em eventos públicos. Se em casa a roupa caracterizava-se pela simplicidade (BARROS, 147, p.122-131), a roupa usada nos eventos públicos caracterizava-se pelo esplendor e riqueza, como foi descrita na comemoração da criação do arcebispado de Mariana (MACHADO *apud* MAGALHÃES, 1987, p.177).

Mas além da variação em relação ao contexto de uso, o vestuário variava conforme o sexo do portador:

A sedução afastou-se da ordem imemorial do ritual e da tradição: inaugurou sua longa carreira moderna individualizando, ainda que parcialmente, os signos do vestuário, idealizando e exacerbando a sensualidade das aparências (LIPOVETSKY, 2008, p.66).

Isso mostra que as diferenças entre os sexos encontram expressão nas distinções de hábito e convenção em relação ao traje (FLÜGEL, 1966, p.93).

Mas o estudo do vocabulário do vestuário não aponta apenas para essas diferenças elencadas anteriormente. Esse estudo mostra que, embora a maior parte desse vocabulário fosse herança do colonizador, há nele contribuições de outros povos com os quais o colonizador manteve contatos bélico, comercial ou cultural. A etimologia dos lexemas do campo semântico do vestuário mostra a contribuição de outros povos na constituição desse vocabulário, conforme demonstra a tabela que se segue. Para a montagem dessa tabela, foi verificada a etimologia de todos os lexemas do campo semântico do vestuário encontrados na pesquisa. Para identificar a etimologia dos lexemas, foram consultados o dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* e o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira* de Antônio Geraldo da Cunha.

TABELA 1 - Etimologia

Origem	Número de lexemas	%
latim	49	27
indefinido	40	22
francês	33	18
árabe	23	13
topônimo	6	3
italiano	5	3
castelhano	4	2
gótico	4	2
catalão	3	2
chinês	2	1
japonês	2	1
céltico	1	1

flamengo	1	1
genovês	1	1
malaio	1	1
neoárico	1	1
picardo	1	1
português	1	1
turco	1	1
TOTAL	179	100

A tabela mostrou que diversas línguas contribuíram para a formação desse vocabulário. Em relação à contribuição do árabe, ela foi numericamente significativa, visto que foi a terceira língua que mais contribuiu para a formação desse campo semântico.

Mas a influência islâmica no vestuário não teve origem em terras americanas. Pistas dessa influência remota na formação desse campo semântico e do próprio vestuário são encontradas na história do vestuário português. Já na Idade Média, por volta do século XIII, encontra-se influência do árabe no vestuário lusitano. As roupas íntimas masculinas dessa época eram influenciadas pelas formas orientais:

Os tecidos e as formas do Islão influíram consideravelmente na camisa portuguesa do século XIII. Camisas “mouriscas”, feitas de alfola (pano fino fabricado em Granada) ou de ascari (outro tecido muçulmano) são registradas no guarda-roupa de D. Dinis, (...). Por baixo da camisa, o homem português enfiou as suas primeiras cuecas, as bragas, feitas, como o nome o diz, de linho bragal. Também aqui se nota a influência do Islão, onde de há muito essa peça interior era usada (MARQUES, 1964, p.32).

Também o vestuário feminino medieval português sofreu influência oriental. As mulheres da época, por exemplo, usavam uma espécie de turbante, de nítida influência islâmica, até fins do século XIV (MARQUES, 1964, p. 58).

Essa influência perpassou tempos e lugares até chegar à Colônia. No então Arraial do Tejuco, a influência mourisca era sentida não apenas na arquitetura dos imóveis com suas fachadas de muxarabiês, mas também na maneira das mulheres vestirem-se. O hábito de “andarem as mulheres rebuçadas em dois côvados de baeta preta... com a cara tôda tapada” (OMEGNA, 1971, p.141) fez baixar alguns alvarás contra essa moda. Porém o hábito persistiu até o século XIX, mudada apenas a baeta em mantilha (OMEGA, 1971, p.141-143).

Além disso, os lexemas de origem árabe, encontrados no campo semântico do vestuário do português do século XVIII mineiro, mostram a importância da contribuição islâmica para esse vocabulário de especialidade.

3. METODOLOGIA

Conforme dito em seção anterior, para a montagem do *corpus* foram escolhidos 20 inventários lavrados nas Minas Gerais do século XVIII. Durante a transcrição e edição desses documentos, os termos do vestuário, assim como o contexto de ocorrência, foram listados no programa Excel. Como o vestuário muda com o tempo, para se saber se um termo pertencia a esse campo semântico e para fazer a classificação dos lexemas, foram feitas consultas a dicionários e/ou documentos da época, enciclopédias de história da indumentária, etc, pois, nos inventários, o uso, na maioria das vezes, não era explicitado, apenas se listavam os itens. Para a definição dos verbetes foram pesquisadas as seguintes obras, nesta ordem de prioridade:

- a) *Vocabulário portuguez e latino* do padre Raphael Bluteau;
- b) *Diccionario da língua portugueza* de Antônio de Moraes Silva;
- c) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar;

Foi utilizado como fonte para as informações etimológicas o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira* de Antônio Geraldo da Cunha. A partir das informações desse dicionário, foi feito o recorte dos arabismos.

Para a confirmação da origem árabe dos lexemas selecionados, foram consultadas duas obras lexicográficas de publicação mais recente, o *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance* (CORRIENTE, 2003) e o *Léxico Português de Origem Árabe: Subsídios para Estudos de Filologia* (VARGENS, 2007), os quais trazem uma revisão das notícias etimológicas para esses termos, conferindo-se em dicionários gerais brasileiros, a saber a versão eletrônica das obras *Dicmaxi Michaëlis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (MICHAËLIS, 1998), *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1999) e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001) marcas diassistêmicas que permitissem identificar a restrição do seu emprego a variedades diatópicas ou diacrônicas, por exemplo, bem como o registro mais antigo dos

referidos arabismos na língua portuguesa de que se tem notícia, possibilitada pela datação apresentada por Houaiss (2001).

Identificaram-se 26 lexemas de origem árabe. Outras 03 formas, *farda*, *rês* e *jaleco*, são comentadas no corpo do trabalho, devido ao fato de a lexicografia nacional em geral dicionarizar equivocadamente as duas primeiras como arabismos, e a terceira por o senso comum crer originar-se igualmente no árabe, quando, em verdade, resulta da evolução de étimo turco, língua frequentes vezes intermediária na transmissão de arabismos a línguas européias ocidentais.

Apresentam-se os arabismos em verbetes assim constituídos:

- a) lema, em negrito e com sua forma gráfica moderna;
- b) a forma e suas variantes encontradas nos manuscritos, entre colchetes;
- c) informações gramaticais (classe de palavra, gênero, número, datação). A datação foi retirada do dicionário Houaiss (2001), entretanto se a data informada for posterior a data dos documentos consultados, é informada a data do documento (retrodatação) e é lançado o esclarecimento em nota;
- d) acepção textual;
- e) abonação, em itálico e entre aspas, mas não estava assim nos manuscritos.
- f) Sigla dos documentos consultados, assim como a referência ao fôlio do qual foi retirada a abonação.

Na análise dos dados, eventuais referências aos produtos lexicográficos consultados se dão mediante o emprego de siglas, respectivamente:

DAVAIR: *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance*

DEA: *Dicionário Eletrônico Aurélio*

DEH: *Dicionário Eletrônico Houaiss*

DEM: *Dicionário Eletrônico Michaëlis*

LPOA: *Léxico Português de Origem Árabe*

Já os inventários mineiros dos quais foram retirados os arabismos são identificados pelas siglas seguintes:

CPOCJA – Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (08)89 – Inventário de Custódio José de Almeida, 1793. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOCPR - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (07)78B – Inventário de Custódio Pereira Rocha, 1778. IPHA/IBRAM – Sabará – MG.

CPOFPG - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (05)52 – Inventário de Fernando Pereira Guimarães, 1763. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOFVS – Cartório do Primeiro Ofício de Notas – Provedoria, CPO 4 (2 A) – Inventário de Francisco Vieira de Souza, 1779. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOMCP - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (02)19 – Inventário de Matias Crasto Porto, 1742. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOMPPN – Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (06)67 – Inventário de Manuel Pereira Pinto Neves, 1773. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOMSO - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (03)31 – 1749 – Inventário de Manuel de Souza Oliveira, 1749. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOACD - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (01)04 – Inventário de Antônio da Cruz Duarte, 1722. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOAMJ – Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (73)563 - Inventário de Ana Maria de Jesus, 1796. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOAMR - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (47)349 – Inventário de Ana Maria da Rocha, 1777. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOJSA - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (17)151 – Inventário de Joana da Souza Araújo, 1755. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOJSCR - – Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (26)228 – Inventário de Joana de Souza Cruz Ribeiro, 1765. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOJSS - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (01)08 – Inventário de Joseph dos Santos Silva, 1727. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Dentre os vocábulos designativos do vestuário das Minas setecentistas estudados por Oliveira (2010), encontraram-se 26 formas originadas na língua árabe e 03 falsos arabismos, listados a seguir segundo ordenamento alfabético.

ACETINADO [acetinada, aSetinada] adj., 1793.¹ Liso, macio e lustroso como o cetim. “*Dezanove varazdefita moda aSeti / nada eLarga aqualSendovista ea / vaLiada por elles ditos avaLiadores / porelle(s) foram avaLiada Cadavara / aduzentos etrinta reis que ao todo / importa aquantiadequatro mil / trezentos eSetenta reis ComqueSeSay*” (CPOCJA, f.109v).

ALFAZEMA [Alfazema] sf.,1562. Erva que se coloca entre a roupa lavada.² “*Hua livradeAlfazema avaliada / emCento esesentaReis*” (CPOMPPN, f.6r).

ALFINETE [alfinetez, Alfinete] sm, xv. He hum bocadinho de ferro, com ponta, & cabeça. Serve de prender o em que se prega.³ “*Sette Cartas emeya dealfinetez de / Lataõ as quaes Sendo vistas eavaliadaz / por elles ditos avaliadores por elles foi a / Valiado CadaCarta aSetenta Reis / que ao todo importa aquantia dequi / nhentoz evinte eCinco Reis comoque / SeSae fora amargem*” (CPOCJA,f.31v).

ALFORJE [Alforges, Alforgez] sm, 1162. Espécie de sacola de couro ou de outro material dividida em duas algibeiras em que se coloca alguma provisão necessária para a jornada. Nas bestas, é colocado nas ancas de uma ou de outra parte do arção da sela e, na gente de pé, carrega-se nos ombros com uma parte no peito e outras nas costas.⁴ “*Aquantia deDuzentoz [e]hum Miletre / zentoz eSincoReis aqual Seachou Naz / Sua(z)Caixas em varias qualidadez de Moe / das ComaqualquantiadeDuzentoz / ehummiletrezentos eSincoReisSe / Saij foraamargememalgarismo ede / clarouqueezte dinheÿro mencionadoSe / achounazcaixazeAlforges emmão / dos matadorezem[†...]]les queaotodo / Inportouaditaquantiadeclarada*” (CPOFVS, f.171v).

ALGIBEIRA [ogibeira] sf, 1610. Relógio portátil, que se traz na algibeira.⁵ “*Hum Rellogiodaogibeira ava / lliado emoytavas [†...]]s deouro*” (CSOJSS, f.5v).

ALGODÃO [algodaõ, algudaõ] sm, 1279. Tecido utilizado na confecção de outros tecidos, de roupas exteriores, íntimas, de banho e acessórios. “*Quatrotoalhasdemaõz d[e]algudaõ / queforaõvistasevaliadaspelos / ditos Avaliadorescadahua adu / sentosevintecinco reiscadahua / importanaquantiadenovecen / tosreiscomquesesahé*” (CSOAMJ, f.8r).

¹ No DEH consta que esse termo entrou na língua portuguesa no século XX. Entretanto é necessário retrodatar, visto que consta registro em um documento de 1793 e em outro de 1795.

² BLUTEAU, 1712-1728, t.I, p.243.

³ BLUTEAU, 1712-1728p.245

⁴ BLUTEAU, 1712-1728, p.246.

⁵ BLUTEAU, 1712-1728, p.226.

ALJÔFAR [aljofes, aljofres, ojofes] sm, 1344. Aljofares são perolas miudas que se achão dentro das conchas, que as criaõ. Tambem as perolas mal feitas, chamaõ os Ourives Aljofar, & sendo grandes lhe chamaõ graons de conta⁶ Usado para guarnecer brincos. “*Humpar deBrincos dealjofes pe / quenos Comopezodeduas ojtauas / eCatorze tustoes vistoseavalia / dos pellosdittos aualiaadorescada / ojtaua amil equatro sentos reis / soma tres mil quatro sentos edoze / reiscomquesesay*” (CSOJSA, f.6r).

ALJOFARADO [aljofrado, aljofradas] adj, 1562. Guarnecido, & ornado de muitas perolas pequenas.⁷ “*Huapessa de Riscado do porto novo / aljofrado oqual Sendo vistaeava / liada por eles ditos aualiaadores por / elles foi aualiada em mil equihen / tos Reis com que SeSae fora*” (CPOCJA, f.18v).

ALPERCATA [Alparcataz] sf, [1779] Sola de sapato com tiras de couro, ou de esparto, em lugar de pala, de que usaõ os Religiosos de São Francisco.⁸ “*Item (tres) parez de xinellos demodo de / (Alparcataz) de frade que uistoz eavalia / dospelloz ditoz aualiaadores emaquan / tia deSeis centoz Reis comqueSeSay fora / amargememalgarismo*” (CPOFVS, f.174v).

ÂMBAR [ambar] s.m. 1256. Espécie de betume brando, pardo e leve ou viscosidade marinha formada da natureza para as delícias do olfato.⁹ “*Huma bolladeam[bar] em ga[†...]/ zada em ouro quepeza huma oytava / etrez quartos vista eavaleada pe / loz ditoz avaliador[e]z em mil edoz / zentoz reiz*” (CSOAMR, f.2v)

ANTA [Anta] sf, xv. Animal quadrúpede (...)¹⁰. Pele desse animal utilizada na confecção de um tipo de correia usada para pendurar a espada (boldrié). “*De(z) Buldries deAnta que foraõ aualli / ados Cadahum aduzentos Reis que todoz / emportaraõ dous Mil Reis*” (CPMCP, f.49r).

ARGOLA [algoras, arollas] s.f. 1364. Espécie de anel ou de círculo pequeno de ferro ou de outra matéria.¹¹ Era usado tanto por homens quanto por mulheres.”*Huas algoras deourodeCanotilho que / pezarão quin(s)eoitauas avaliadas / em De(s)oito oitauas*” (CSOACD, f.3r).

⁶ BLUTEAU, 1712-1728, p. 26

⁷ BLUTEAU, 1712-1728, p. 26

⁸ BLUTEAU, 1712-1728, v.1, p.279.

⁹ BLUTEAU, 1712-1728, t.1, p.324.

¹⁰ BLUTEAU, 1712-1728, p.395.

¹¹ BLUTEAU, 1712-1728, t.1, p.491.

AVARIA [avaria, auarias] s.f. 1557. Os danos que as fazendas embarcadas recebem. Podem ser provocados por chuva, água do mar, etc. Avaria simples: deterioração natural da coisa embarcada. Avaria grossa: a causada por tormenta, corsário, guerra, etc.¹² “*Humpar de meias para homẽ delaia / ComSua avaria quefoý avalluada pellozLouvadoz emquatro / centoz eoutenta reis*” (CPOMCP, f.105v).

BARREGANA [Barregana] s.f. 1220. Pano tecido de pelo de cabra para resistir à chuva.¹³ “*HumSobretudo deBarrega / na azul comSua vestia ecal / çãõ jauzado tudo visto eavali / ad opellozditoz avaliadores / naquantiad e quatro mil eoyto / centoz Reiz*” (CPOCPR, f.14v).

BOCAXIM [Bocachim] s.m. xv. Certo pano de linho pisado a modo de pano de lã que se costuma tingir de várias cores¹⁴. “*Dezaseis couadosdeBocachim avaliado / aduzentos Reis cadacouado emporta / tres mileduzento(z)Reis*” (CPOMPPN, f.3v).

CABAIA [cabaya] sf, 1525. Seda ligeira.¹⁵ Era usado como forro de roupa exterior masculina e como material de roupa exterior feminina. “*Hum vestido deBarbarisco / forradodecabaya comsu[a]ves / tia calssaõ domesmo emeyapre / tas deseda avalliadoemvin / te oitauas deouro*” (CSOJSS, f.6r).

CEROULAS [Siroulas, Siroullas] s.f. pl. 1508 Vestidura interior de pano de linho que a modo dos calções cobrem o corpo da cintura até os joelhos ou mais abaixo.¹⁶ “*Tres Siroullasdepanodelinho avaliado / cadahũa aquatro Centos esincoenta / Reis emporta digo cadahua acento esinco / entaReis emporta quatro centos esin / coentaReis*” (CPOMPPN, f.8r).

CETIM [setim, Setim] s.m. XIV Tecido de seda muito liso e lustroso.¹⁷ No *corpus* aparece como material de roupas exteriores, acabamentos e adornos de cabelo.”*Humacazaca degalla vermelha / comhuavestiaealcaõ dese / timcarmezim deflorenz tudou / zado vistoeavaliadopellos / ditoz avaliadores naquan / tiadeseiz mil reiz*” (CPOCPR, f.14v).

¹² SILVA, 1813, t.I, p.237.

¹³ BLUTEAU, 1712-1728, t.2, p.54.

¹⁴ BLUTEAU 1712-1728, p.137.

¹⁵ SILVA, 1813, t.I, p.309.

¹⁶ BLUTEAU, 1712-1728, p. 252

¹⁷ BLUTEAU, 1712-1728, p.623

CORDOVÃO [Cordeuoin] s.m. 1145 Pelle de Bode çurrada.¹⁸ “*Duas duzias depelles deCordeuoin que / foraõ avalliadadas Cada duzia aSete Mil / Cada duzia aSete Mil equinh[e]ntos Reis / que anbas inpor taõ quinze Mil Reis*” (CPOMCP, f.55v-56r).

DAMASCO [damasco] s.m. 1498 Tecido de seda com lavrores entre tafeté e raso.¹⁹ Embora a fibra tradicionalmente usada na sua confecção seja a seda, no *corpus* aparece feito, também, de lã. “*Sento equarenta eSeteCouados de / damascodeCastella deVarias Cores eemua / rios Retalhos quefoj avalliado Cada hum / Ouado amil equatro Sentos Reis que / todos emportaraõ emduzentos eSinco / Mil eOito Sentos Reis*” (CPOMCP, f.36v).

DAMASQUILHO [da masquilho] s.m. 1556 Pano de seda a modo de damasco, mas mais leve²⁰. “*Humcovadode da masquilho verde / Vistoeavaliadopellozdittos / avaliadores emseiscentosreis*” (CSOJSCR, f.6r).

GIBÃO [Gibaõ] s.m. XV A parte da vestidura que cobre o corpo do pescoço até quase a cintura.²¹ No *corpus* aparece apenas como rou pa exterior feminina. “*HumGibaõ deDrogueteJa / Uzado Cor de flor de pessegue(i)ro / Velho Visto pellosaualiado[r]es lhe / naõ deraõ Valor pello n[ão] o ter*”. (CSOJCS, f.5r).

JARRO [Jarro, jarro] s.m. 1536 Vaso com asa e bico, em que se traz agua para lavar as mãos, e por ele se vasa sobre elas na bacia de aguar as mãos.²² “*Hum pratoeJarro deAgoa as Maonz / de Estanho damoda antiga avalliado / emoy tauaemeya deouroque adinheyro / Sam dois Mil edusentos esincoenta Reis*” (CPOMSO, f.3v).

JASMIM [Jasmim] s.m. 1561 Uma flor branca vulgar, de de cheiro mõi delicado (²³ “*Por dozeuidroz deoleo deJasmimque / [[que]]foramvistos eavaluados pelos / ditos aualadores aduzentos Reis / que emportan dois Milequatro / Sentos Reiz*” (CPFPG, f.26v).

MARROQUIM [Marroquim, Marroquins] s.m. 1552 Pele de cabra ou bode, assim chamada por vir de Marrocos ou de outras partes de Berberia²⁴ “*Quatorze pelles deMarroquins Verme / lhos egrandes quefoj aualliaada Cada / huma pelle amil eduzentos Reis / quetodas emportaõ dezaSeis Mil / eOito Sentos Reis*” (CPOMCP, f.48r).

¹⁸ BLUTEAU, 1712-1728p.548.

¹⁹ BLUTEAU, 1712-1728, p.6.

²⁰ BLUTEAU, 1712-1728, p.6.

²¹ BLUTEAU, 1712-1728, p.69

²² SILVA, 1813, t.II, p.187-188

²³ SILVA, 1879, t.I, p.188.

²⁴ BLUTEAU, 1712-1728, p.344.

TAFETÁ [tafeta] sm, 1773²⁵ Tecido leve de seda.²⁶ “*vinte esetecouados detafeta em retalho(z) / devarias cores avaliadocadacouado / atrezentozReis emporta oito mil ecem reis*” (CPOMPPN, f.3v).

A análise dos arabismos do vestuário das Minas setecentistas aponta a predominância de substantivos, classe de palavra em que se integram 24 dos 26 itens levantados, o que perfaz 92,3% do total. Todos são substantivos concretos, os quais, com efeito, constituem a maior parte dos arabismos ibéricos, preenchendo lacunas lexicais surgidas no convívio entre cristãos e muçulmanos na Idade Média peninsular. Apenas 02 termos (*acetinado* e *aljofrado*) são adjetivos, isto é, 7,7% dos vocábulos encontrados. Diacronicamente, entretanto, verificou-se a substantivação de formas cujos étimos são adjetivos gentílicos (*bocaxim*, *cordovão*, *damasco*, *damasquilha* e *marroquim*), remetendo a designação dos tecidos à localidade de fabrico.

A análise dos dados aponta, ainda, a predominância de formas básicas, representadas por 23 itens ou 88,5% do total levantado, a exceção apenas de *acetinado*, *aljofrado* e *damasquilha*, equivalentes a 11,5% do total, na perspectiva sincrônica.

Verifica-se a aglutinação do artigo em apenas 09 itens, o que constitui 34,6% dos arabismos levantados: *alfazema*, *alfinete*, *alforje*, *algibeira*, *algodão*, *aljôfar*, *aljofrado*, *alpercata* e *argola*. Todos estes conheceram, em sua evolução, uma fase árabe andalusina, o que, como já se disse, concorreu para a redução do sintagma nominal constituído de determinante-artigo e nome-substantivo para apenas nome-substantivo. Outros 17 arabismos do vestuário são destituídos do artigo, o que corresponde a 65,4% do total: *acetinado*, *âmbar*, *anta*, *avaria*, *barregana*, *bocaxim*, *cabaia*, *ceroulas*, *cetim*, *cordovão*, *damasco*, *damasquilha*, *gibão*, *jarro*, *jasmim*, *marroquim* e *tafetá*.

Os arabismos do vestuário que não trazem o artigo aglutinado têm origem variada e foram tomados diretamente de línguas médio-orientais. Apenas 05 itens, ou 29,4% do total de arabismos sem o artigo (*âmbar*, *anta*, *barregana*, *ceroulas* e *jasmim*), tiveram uma fase andalusina. O neoárabe é a origem de 04 formas ou 23,5% delas (*acetinado*, *avaria*, *cetim* e *marroquim*); do árabe resultam outras 04 formas, perfazendo outros 23,5% dos arabismos sem artigo aglutinado (*cabaia*, *cordovão*, *gibão* e *jarro*); no aramaico se originam 02 itens (*damasco* e seu derivado, *damasquilha*), 11,8% do total; o neopersa dá origem a 01 arabismo

²⁵ No DEH consta o ano de 1785 como data de entrada desse termo na língua portuguesa. Entretanto foi necessário retrodatar, visto que está registrado em um documento de 1773.

²⁶ BLUTEAU, 1712-1728, t.8, p.15.

português ou 5,9% das formas em questão (*tafetá*) e 01 termo tem origem médio-oriental incerta, turca, árabe ou neopersa (*bocaxim*), equivalente a outros 5,9% do total de itens sem artigo aglutinado. O fato de 12 itens destituídos do artigo aglutinado (ou 70,6% deles) não terem fase no árabe andalusino corrobora a tese de Noll, segundo a qual é esta variedade diatópica da língua árabe a responsável pelo fenômeno da aglutinação. O contato direto do português com o árabe, seja no norte da África, seja a Oriente, quando da expansão ultramarina portuguesa, concorreu para a aquisição de empréstimos árabes muitas vezes destituídos do artigo aglutinado. De resto, a não aglutinação do artigo nas formas andaluzinas pode resultar de empréstimos internos de norma árabe mais tensa empregada pelas elites muçulmanas, uma vez que é o seu vestuário que designam.

Quanto à época de ingresso na língua portuguesa, distribuem-se os arabismos do seguinte modo: ainda no século XII entraram *alforje* e *cordovão* (02 itens ou 7,7% dos arabismos do vestuário); do século XIII são *algodão*, *âmbar* e *barregana* (03 itens ou 11,5% dos termos analisados); o século XIV trouxe *aljôfar*, *argola* e *cetim* (03 itens, outros 11,5% do total); no século XV integraram o sistema lexical português *alfinete*, *anta*, *bocaxim*, *damasco* e *gibão* (05 termos, equivalentes a 19,2%); o século XVI trouxe *alfazema*, *algibeira*, *avaria*, *cabaia*, *ceroulas*, *jarro*, *jasmim*, *marroquim* e *damasquilha* (09 formas ou 34,6% do total); *aljofrado* é do século XVII (01 itens apenas, correspondente a 3,9% das formas); no século XVIII verificou-se o ingresso de *tafetá*, de acetinado e de alpercata (03 termos, 11,5% do total).

Observe-se que apenas 04 dos arabismos do vestuário documentados nos inventários mineiros entraram na língua portuguesa a partir do século XVII (15,4% das 26 formas encontradas); os demais 22 itens (84,6% do total) são empréstimos adquiridos ao longo dos 05 séculos anteriores. Verifica-se, assim, neste período, a importância da língua corânica na constituição do léxico português, no contato linguístico verificado seja na Península Ibérica (Idade Média), seja nas expedições norte-africanas (século XV), seja, ainda, no próprio Oriente-Médio (a partir do século XVI). A cronologia da aquisição dos arabismos é, ainda, sugestiva da estratigrafia desse influxo na língua lusitana.

A trajetória interlinguística deste vocabulário indica os contatos linguísticos em curso na Europa medieval. Constatam-se, na análise das informações etimológicas dos arabismos do vestuário, 08 formas para as quais se apresentam línguas-ponte: 02 formas ou 25% delas (*bocaxim*, *tafetá*) foram transmitidas pelo italiano ou pelo catalão; outras 02 formas, correspondentes a 25% das línguas-ponte citadas, pelo latim (*damasco*, *damasquilha*); para 01

termo ou 12,5% das línguas-ponte indicadas encontramos o italiano (*cabaia*), italiano ou francês (*cetim*), italiano ou provençal (*gibão*) e moçárabe (*cordovão*).

É preponderante o papel de dialetos italianos na transmissão de arabismos à língua portuguesa, correspondendo, com efeito, a 02 das 04 vias de ingresso de arabismos nas línguas românicas propostas por Lüdtke (1974, p. 83-84), a saber, o comércio desenvolvido através dos portos de Gênova, Pisa e Veneza e a presença árabe na Calábria e na Sicília.

O moçárabe encontra-se indicado como língua-ponte pelo DEH, cabendo aqui a observação de que o termo *moçárabe* indica antes etnia, ‘população hispano-goda de Alandalus’, preferindo-se *romance andalusino* ou *romandalusino* para designação da língua românica em uso na Península Ibérica islamizada (CORRIENTE, 1996, p. 35).

Já a origem remota de 12 termos para os quais a própria língua árabe serviu de língua-ponte indica predominância de formas médio-orientais, assim distribuídas: de origem pálavi são 03 itens lexicais ou 25% dos itens em questão (*aljôfar*, *aljofrado*, *jasmim*); do neopersa resultam 02 formas ou 16,7% dos itens (*barregana* e *tafetá*); assim com 02 itens ou 16,7% destes resultam da evolução de étimo remoto aramaico (*damasco* e *damasquilho*) e de origem incerta, embora seguramente médio-oriental (*bocaxim*, do turco, mas, de acordo com o DAVAIR, talvez do árabe ou do neopersa, e *ceroula*, do aramaico ou do antigo persa). Representados por uma única forma ou 8,3% dos termos em cuja transmissão o árabe constituiu língua-ponte estão um indefinido “pré-românico” (*alpercata*), o chinês (*cetim*) e o berbere (*anta*).

A análise dos arabismos em questão indica herança do português europeu, não se verificando, para o vestuário mineiro dos setecentos, termos diretamente introduzidos no português brasileiro, cuja via de ingresso de arabismos seria inaugurada no século seguinte, com a importação de mão-de-obra escrava embarcada na Costa do Benim e a chegada, a partir de 1860, de imigrantes sírio-libaneses (VARGENS, 2007, p. 37; LOVEJOY, 2002, p. 9; MONTENEGRO, 2004, p. 64).

Quanto à marcação diassistêmica documentada nos produtos lexicográficos consultados para o vocabulário analisado, chama atenção a praticamente inexistente ocorrência de marcas indicativas de usos cronológica ou regionalmente restritos. O DEM informa para *algibeira* o caráter “antigo” do termo. Verifica-se, outrossim, a informação do uso enquanto termos das áreas do vestuário e da indústria têxtil. Como a lexicografia nacional não emprega marca diintegrativa, identificadora da origem estrangeira das formas analisadas,

depreendeu-se a importação dos termos exclusivamente pelas notícias etimológicas verificadas nos verbetes.

Observou-se que, no registro dos arabismos do vestuário documentados em inventários mineiros do século XVIII, a normatização gráfica ainda não se fizera sentir, verificando-se o emprego tanto de variantes fonéticas quanto de variantes gráficas. Para *acetinado* (grafia modernizada), ocorrem variantes gráficas com <c> e <s> para a sibilante surda, embora a única grafia documentada para *cetim* seja com <s>, minúsculo ou maiúsculo, ainda que verificado o termo no interior de uma oração.

Conheciam forma gráfica distinta, sem o registro de outras variantes, *alforje*, grafado com <g> e inicial maiúscula no meio da sentença; *bocaxim*, grafado com <ch> e inicial maiúscula; cabaia, que no *corpus* traz a semivigal grafada com <y>;

Cordovão ocorre com grafia afrancesada, *cordeuoin*s, indicativa da língua-ponte que, entretanto, não está representada nos produtos lexicográficos consultados como intermediária na sua transmissão à língua portuguesa e a despeito de seu ingresso no sistema lexical desta já no século XII, ao que corresponderia completa adaptação fonética. Seria o caso, portanto, de reintrodução do arabismo na língua por nova via, em transmissão intra-românica.

Não se verifica respeito à fronteira vocabular no registro gráfico de *damasquilha*, cuja primeira sílaba aparece separada do resto do vocábulo, verificando-se também o inverso, com o agrupamento vocabular (como em [*prato*]e*Jarro*, de*Jasmimque*, de*Marroquins*, de*tafeta*, dentre outros). O ditongo nasal <ão> traz o diacrítico no <o>, verificando-se, assim, o registro de <aão> em todos os ditongos nasais nos oxítonos portugueses (em *algodaão* e *gibaão*, por exemplo).

Usam-se indistintamente os grafemas <v> e <u> no registro da fricativa lábio-dental sonora (*avaria* ~ *auaria*). Empregam-se, nos vocábulos estudados, <y> na representação da semivogal anterior (*cabaya*) e <i> para a vogal anterior alta, oral ou nasal (*alfinetez*, *auarias*, *Siroullas*, *Bocachim* e *setim*). A líquida línguo-dental [l] ocorre grafada com <ll> (*argollas*).

Marca-se o plural regular dos nomes indistintamente com <s> (*Alforjes*, *argollas*, *auarias*, *siroullas*) ou com <z> (*alfinetez*, *Alparcatas*).

Dado não refletir instabilidade fonética, mas sim falta de ortografia normatizada, as variantes gráficas dos arabismos do vestuário mineiro não são representativas da sua integração na língua portuguesa, conforme preconiza a literatura sobre a integração de empréstimos. Não são adaptações gráficas do termo, inclusive porque são de antiga integração no sistema lexical português.

Quanto às variantes fonéticas, elas atestam a fonologia do português brasileiro, com a variação da altura da vogal pretônica (*algodão* ~ *algudaõ*; *Siroullas*, se considerarmos a forma padrão atual), a redução ao primeiro segmento do grupo consonantal constituído de consoante ⁺ ^r (*aljofres* ~ *aljofes*), a preferência por forma sincopada (*aljofrado*, quando a língua conhece a forma *aljofarado*), a variação entre a líquidas [l] e [r] (*argollas* ~ *algoras*) e a monotongação do ditongo [aw], grafado <al> (*aljofes* ~ *ojofes*, assim como *ogibeira*, quando a forma padrão é *algibeira*). A forma *alparcata* é a única registrada, mas o português brasileiro conhece uma série de variantes, documentadas nos dicionários gerais brasileiros, como *paragata*, *pargata*, *pracata*, *pragata*, *precata* e *alpercata* (DEM, DEA, DEH).

A distribuição dos arabismos do vestuário mineiro dos setecentos por microcampos semânticos dá-se conforme especificado a seguir: integram o microcampo dos tecidos e peles 11 termos ou 42,3% dos 26 arabismos levantados (*algodão*, *anta*, *barregana*, *bocaxim*, *cabaia*, *cetim*, *cordovão*, *damasco*, *damasquilha*, *marroquim* e *tafetá*); o campo da higiene pessoal comporta 04 itens ou 15,4% do total (*alfazema*, *âmbar*, *jarro* e *jasmim*); os campos das generalidades (*acetinado*, *aljofrado*, *avaria*), acessórios (*alfinete*, *alforje* e *aljôfar*) e roupas ou peças de roupas (*algibeira*, *ceroulas* e *gibão*) trazem, cada um, 03 itens ou 11,5% do total, ao passo que os microcampos dos calçados (*alpercata*) e dos adereços (*argola*) são representados por um único termo cada, correspondente cada uma destas formas a 3,9% do total de itens levantados.

A constituição de 07 microcampos semânticos relacionados ao vestuário aponta, qual matéria submetida a análise microscópica, a diversidade de áreas em que a interferência lexical do idioma árabe se fez sentir, no que respeita à constituição do léxico português.

A par dos arabismos apenas descritos, outras 03 formas merecem atenção. O DEA e o DEM remetem *farda*, ‘uniforme’, ao árabe com transmissão para o português feita pelo espanhol. O DEH apresenta origem duvidosa, indicando a hipótese árabe, mas, segundo o DAVAIR, em observação válida para o galego, trata-se antes de galicismo. A datação do século XIV (HOUAISS, 2001) remete à fase mais antiga da língua portuguesa, a galego-portuguesa, cuja lírica é permeada de galicismos, o que torna viável que se estenda à forma portuguesa a mesma origem do termo galego documentado no DAVAIR. O LPOA não registra o referido vocábulo.

O termo *jaleco*, ‘casaco curto usado sobre a camisa’, de 1725, aparece no DEA como originado no turco com transmissão pelo espanhol; o DEM acertadamente remete à forma diretamente ao turco e o DEH, ao turco, por meio do espanhol e do árabe argelino. O

DAVAIR traz o italiano como língua-ponte na sua transmissão para as línguas ibéricas e mesmo para o árabe argelino.

Já *rês* figura na longa lista de falsos arabismos ibéricos que integram um apêndice no DAVAIR, segundo o qual o termo é originado antes no latim *rēs* ‘propriedade’.

Comente-se aqui, ainda, o termo *tafetá*, em geral apresentado pela lexicografia nacional como originado no persa, com o francês como língua-ponte (DEM, DEA, DEH), mas para o qual o DAVAIR aponta uma forma intermediária árabe não atestada (CORRIENTE, 2003, p. 446).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos dados, e retomando a questão que se pretendeu responder, qual seja, se os arabismos empregados na designação do vestuário coligidos em inventários mineiros setecentistas refletem o uso do português europeu ou se se caracterizam por uso peculiar à variedade americana da língua portuguesa, e considerando-se, ainda, a hipótese investigada, de que, tratando-se de terminologia do vestuário tal vocabulário não teria sofrido alterações semânticas significativas, concluiu-se que:

Os termos investigados designam vestes ou partes destas, tecidos ou peles com que se confeccionam calçado, adorno, acessórios, itens para higiene pessoal, além de estado de conservação ou condição das vestes cujos referentes chegaram ao Brasil com o colonizador português no processo de contato linguístico-cultural que naturalmente se seguiu à integração destas paragens do Novo Mundo à coroa portuguesa. Trata-se, assim, de vocabulário herdado do português europeu.

Entretanto, a lexicografia apresenta para os termos do vestuário uma longa trajetória interlinguística que faz migrarem vocábulos do Oriente-Médio (de línguas tão distintas como o árabe, o aramaico, o páleri e o persa) para o Brasil, com “escala” em Alandalus, Itália, França, Provença ou Catalúnia, cujas línguas intermediaram a sua introdução na língua portuguesa.

A datação dos mais antigos registros dos arabismos do vestuário, verificada em maior número entre os séculos XII e XVI, bem como a profusão dos micro-campos em que se organizam, também reportam antiga aquisição do referido vocabulário no português europeu.

Embora constitua vocabulário herdado do português europeu, no século XVIII já é pronunciado segundo hábitos fonético-fonológicos da variedade diatópica (mineira) do

português brasileiro, por isso o registro de variantes fonéticas na documentação em que foram buscados. Além disso, esse vocabulário está intrinsecamente relacionado a aspectos socioculturais de Portugal. Aspectos esses que foram transplantados para a Colônia juntamente com a língua do colonizador.

Interessante seria investigar, então, os arabismos do traje em variedades diatópicas nordestinas do português brasileiro à época do Brasil Colônia, para checar se, constituindo a região a primeira área de colonização, e considerando-se o caráter conservador, do ponto de vista lexical, destas variedades, haveria nestas um maior número de arabismos e/ou de micro-campos de ocorrência do que os observados na variedade mineira do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**: texte de l'édition de 1711, traduction française et commentaire critique par Andrée Mansuy. Paris: Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1965.

ÁVILA, A. **Resíduos seicentistas em Minas**: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de estudos mineiros. 1967. 2 vol. (com a reprodução do Aureo Throno Episcopali).

BALDINGER, K. Los árabes. In: BALDINGER, K. **La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica**. Madrid: Gredos, 1963. p. 53-75. [Biblioteca Románica Hispánica, Dirigida por Damaso Alonso, Tratados y Monografías, 1].

BARROS, S. P. A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. **Anais do Museu Histórico**, Rio de Janeiro, n.VIII, p.117-154, 1947.

BARTHES, R. **Inéditos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLOOMFIELD, L. **Language**. Delhi: Motilal Banarsidass Publishers Private Ltd., 2005.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v. (CD-ROM).

CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de lingüística e gramática**: referente à língua portuguesa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CORRIENTE, F. **Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance**. 2. ed. ampl. Madrid: Gredos, 2003. [Biblioteca Románica Hispánica, Fundada por Dámaso Alonso, Dictionarios, 22]

CORRIENTE, F. Novidades en el estudio de los arabismos en iberorromance. **Revista Española de Lingüística**, 26, 1, p. 1-13, 1996.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira**. 2. ed. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1997.

DICMAXI Michaëlis Português: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, Versão 1.1. Amigo do Mouse Software Ltda., set. 2000. 1CD-ROM.

ELIA, S. **Preparação à lingüística românica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Lexikon Informática Ltda./Sonopress, 1999. 1 CD-ROM.

FRANCA, R. **Arabismos: uma mini-enciclopédia do mundo árabe**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/EDUFPE, 1994.

FREITAS, T.; RAMILO, M. C.; SOALHEIRO, E. O processo de integração dos estrangeirismos no português europeu. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 18., 2002. **Actas**. Lisboa: Colibri, 2002. p. 371-385. Disponível em: <[HTTP://www.apl.org.pt/actas/xviii-encontro-nacional-da-associacao-portuguesa-de-linguistica.html](http://www.apl.org.pt/actas/xviii-encontro-nacional-da-associacao-portuguesa-de-linguistica.html)>. Acesso em: 20 jan. 2008.

HALLIG, Rudolf; WARTBURG, Walter Von. **Begriffssystem als grundlage für die lexikographie**. Berlin: Akademie Verlag, 1952.

HOUAISS, A. **As projeções da língua árabe na língua portuguesa**. Conferência para o Centro de Estudos Árabes da USP em 1986. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/collat7/houaiss.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0.10. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 1 CD-ROM.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOVEJOY, P. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**, n. 1, p. 11-44, 2002.

LÜDTKE, H. **Historia del léxico románico**. Versión española de Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1974.

MACHADO, Simão Ferreira. Triunpho Eucharistico (1733). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. VI, n. 19 *apud* MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. **Revista brasileira de estudos políticos**. Belo Horizonte, n. 65, p. 153-199, julho, 1987.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. **Revista brasileira de estudos políticos**. Belo Horizonte, n. 65, p. 153-199, julho, 1987.

MARQUES, A. H. de O. **A sociedade medieval portuguesa**. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1964.

MICHAËLIS: **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998. (Dicionários Michaëlis)

MONTENEGRO, S. M. Identidades muçulmanas no Brasil: entre o arabismo e a islamização. **Lusotopie**, v. 2, p. 59-79, 2002.

NEUVONEN, E. K. Los arabismos de las Cantigas de Santa María. **Boletín de Filología**, 12, p. 291-352, 1951.

NOLL, V. **La aglutinación del artículo árabe al en el léxico español**. 2005. Disponível em: <<http://www.uni-muenster.de/imperia/md/content/romanisti/noll/noll-art.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2010.

OLIVEIRA, Gracinéa I. **Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. 2vol.

OMEGNA, N. 2.ed. **A cidade colonial**. Brasília: Ebrasa, 1971.

RIBEIRO, O. **A formação de Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

SAPIR, E. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Tradução e Anexo de J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SILVA NETO, S. da. **História da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SILVA, R. V. M. **Empréstimos culturais no período arcaico da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/esprescultu.html>>. Acesso em: 05 fev. 2003.

SILVA, R. V. M. **Empréstimos culturais no período arcaico da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/esprescultu.html>>. Acesso em: 05 fev. 2003.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lithotypographia fluminense, 1789. Disponível em: <brasiliana.usp.br>. Acesso em 30 set. 2011.

SOUZA, L. de M. e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4.ed. São Paulo: Graal, 2004.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Trad. por Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 43-44.

VARGENS, J. B. de M. **Léxico português de origem árabe**: subsídios para os estudos de filologia. Rio Bonito: Almádena, 2007.

VASCONCELOS, C. M. de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Revista de Portugal, 1956.

VIGUERA MOLINS, M. J. Lengua árabe y lenguas románicas. **Revista de Filología Románica**, n. 19, p. 15-54, 2002.

WEINREICH, U. **Languages in contact**. 5. ed. The Hague: Mouton, 1967.

ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo:[s.n], 1951.